

PLANO DE GOVERNO 14

TELMÁRIO MOTA – GOVERNADOR

Evandro Moreira, Vice-Governador

Coligação “Dê uma chance pra Roraima”, PTB/PV/REDE/PT

A síntese do programa que entregamos em vossas mãos, é a constatação de que Roraima precisa entrar em um novo ciclo político, econômico e social. Este programa tem o propósito de mostrar soluções de governabilidade com a RECONSTRUÇÃO DE RORAIMA, através do **Desenvolvimento Territorial e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Para isto, temos que focar num novo modelo de gestão, que:

- *Promova o desenvolvimento econômico com ênfase na educação de qualidade; Saúde com humanização e bem estar; Segurança com paz, justiça e instituições de segurança pública eficazes e integradas;*
- *Diversificar o desenvolvimento econômico com inclusão social, sustentabilidade, trabalho decente e crescimento econômico;*
- *Priorizar investimentos na infraestrutura necessária ao desenvolvimento territorial, cidades e comunidades sustentáveis, com acesso à energia limpa e renovável, água potável e saneamento, tendo as parcerias como principal meio de implementação;*
- *Adotar uma gestão efetiva, eficiente, com transparência dos recursos e integridade pública, tendo como parâmetro o controle social para a melhoria os serviços públicos, priorizando a qualidade de vida dos cidadãos, com redução das desigualdades e erradicação da pobreza;*
- *Optar por mecanismos de agricultura sustentável com produção e consumo responsáveis, focando nas preocupações com a vida na água e a vida terrestre.*

A importância do processo democrático na construção deste plano é indiscutível, pois este é o princípio central de nossas vidas em comum, exaltando que nossa voz tem que ser considerada e respeitada. Esse ciclo que se abre com uma nova e boa energia de participação dos cidadãos como protagonistas na reconstrução de nosso estado, mostra a maturidade de nosso povo como condutores de seu destino, participando efetivamente desta tarefa.

As políticas equivocadas da última década, levaram o Estado de Roraima a viver um difícil período de instabilidade econômica, e crises em diversos setores. O governo gasta muito e gasta mal, por isso não temos conseguido melhoria na taxa de crescimento econômico e nem redução substancial dos indicadores sociais, e os serviços públicos estão cada dia mais desestruturados e tendo avaliações cada vez piores. Roraima enfrenta hoje grandes desafios para lidar com seus gastos públicos. O crescimento das despesas primárias tem avançado significativamente seu percentual em relação ao PIB. O gasto tornou-se cada vez mais engessado pela rigidez constitucional comprometidos com categorias como transferências aos poderes, folha de pagamento, serviços da dívida e a rigidez nas aplicações dos recursos obrigatórios, limitando as despesas discricionárias e de investimento.

Atento à esse cenário, o PTB tem feito uma análise aprofundada dos gastos do governo estadual, identificando alternativas para reduzir o déficit fiscal a um nível sustentável e, ao mesmo tempo, consolidar os ganhos sociais alcançados nas décadas anteriores onde tínhamos nossa matriz econômica baseada no setor produtivo, extrativismo mineral e setor madeireiro, principalmente. Pela ausência de um amplo PROJETO DE ESTADO que protegesse e norteasse os investimentos e o aparato institucional para o uso racional e sustentável dessas riquezas, a economia de Roraima sucumbiu, e permanece vinculada ao contra cheque e os gastos nas obras, serviços e insumos dos setores públicos municipais, estadual e federal.

Roraima tem mais de 60% de seu território protegido, possui a maior riqueza per capita de biodiversidade do planeta, traduzida no grande manancial aquífero, grande extensão de áreas de cerrado (lavrado) com relevo que propicia à produção de baixo impacto ambiental, com os grãos sendo colhidos na entre safra brasileira com o preço das commodity mais elevadas. A insolação com 12 horas bem definidas, ótima faixa de temperatura favorece a precocidade com melhor concentração de proteína, e as frutas com alta qualidade devido ao excelente teor de sacarose. A farta oferta de águas superficiais e subterrânea proporciona três safras anuais. As diversas incidências de minerais nobres existentes, grande potencial de energia renovável, solar, eólica, hidráulica pode tornar Roraima um modelo de sustentabilidade. O étno e ecoturismo nas terras indígenas ainda inexplorados, e o extrativismo incipiente com a falta de consolidação da cadeia produtiva da castanha do Brasil, açaí, cupuaçu, pupunha, dendê, entre outras, poderia ser um instrumento de melhoria da qualidade de vida dos povos tradicionais. Com localização geográfica privilegiada, se contarmos com a proximidade dos mercados da Venezuela, Guiana e Amazonas temos o PIB de aproximadamente U\$ 585,43 bilhões de dólares, maior que o estado de São Paulo com U\$ 563,63 bilhões de dólares, sem contar com os países caribenhos. A proximidade com

portos como SAN FELIX (VEN) – 750 KM, ITACOATIARA (AM), GUANTA (VEN), LA GUAIRA (VEN) e PUERTO CABELLO (VEN) – 1.616 KM, apenas algumas horas do canal do Panamá, garantem o escoamento da produção em grande escala e a competitividade dos produtos de Roraima para a Europa, Estados Unidos, Ásia e todos os países caribenhos. Com tudo isto, no entanto, amargamos o status de estado com menor PIB da Federação, agravado por ter o município com o pior IDH do Brasil.

Em análise mais profunda, percebe-se que boa parte dos recursos e programas governamentais beneficiam os ricos mais do que os pobres, além de não atingir de forma eficaz seus objetivos. Com algumas medidas de impacto razoável, seria possível economizar parte do orçamento sem prejudicar o acesso e a qualidade dos serviços públicos, beneficiando os estratos mais pobres da população. A análise é baseada na observação das melhores práticas nacionais e na revisão da eficiência dos gastos entre as diferentes entidades e programas governamentais. Com ela, queremos estimular que os debates considerem não apenas a alocação dos recursos públicos, mas também as premissas que devem nortear os gastos de forma a promover eficácia nos serviços prestados e igualdade social. Nosso maior desafio é desenhar e implementar um "PROJETO PARA RECONSTRUIR RORAIMA" que coloque as contas fiscais de volta à uma trajetória sustentável, favorecendo os investimentos privados para a geração de emprego e renda sustentáveis, ao mesmo tempo em que proteja os pobres, com a garantia de direitos e o acesso aos serviços públicos de qualidade.

Temos a certeza que para o alcance desses objetivos, abrangerá mais de um mandato governamental e exigirá um diálogo extenso e amplamente democrático incluindo as outras esferas de governo, movimentos sociais, sindicatos, associações de produtores e empresariais e muitos outros grupos. Acreditamos que quanto antes o estado iniciar esse debate e enfrentar seus problemas, mais cedo será possível transformar sua realidade e retomar o caminho da prosperidade e a melhoria da qualidade de vida de seu povo.

Acreditamos também, que Roraima tem as condições de crescer produzindo benefícios social, econômico e ambiental para todos nós, e ser um exemplo para o Brasil e para o mundo.

PANORAMA DE DESAFIOS

O Governo de Roraima gasta mais do que pode e, além disso, gasta mal. Ao longo da última década, observa-se um consistente aumento dos gastos públicos, o que agora coloca em risco a sustentabilidade fiscal. Nos últimos anos, o impacto do aumento constante dos gastos foi agravado pelo endividamento do estado, pelo aumento dos percentuais de transferência a poderes, pelos amplos gastos obrigatórios, pela estabilização das receitas resultante de uma profunda recessão que o Brasil enfrenta, de déficits fiscais anuais superiores a 8% do PIB em 2015-2016 e um aumento da dívida pública de 51,5% do PIB em 2012 para mais de 73% do PIB em 2017, fizeram com que o Estado de Roraima fosse atingido, tendo em vista que nossa principal receita provem do FPE. Se Roraima não conseguir reverter essa tendência, os resultados serão catastróficos. Além da estabilização fiscal, Roraima precisa criar espaço fiscal adicional para aumentar o investimento em infraestrutura e em setores estratégicos essenciais ao crescimento econômico. O gasto público não é somente maior do que o Roraima pode pagar, mas também contribuí pouco para apoiar o crescimento, já que o investimento público foi quase completamente anulado nos últimos anos.

Este cenário é agravado com o **limite constitucional de gastos ("teto de gastos")** adotado em dezembro de 2016 introduziu uma trajetória de ajuste gradual para os gastos públicos ao longo dos próximos dez anos. Tendência que só será modificada por meio de um rigoroso exercício de priorização. Esta proposta demonstra como essa priorização protegerá os mais pobres e vulneráveis e minimiza os impactos negativos sobre os empregos e a prestação de serviços públicos. Para tanto vamos fazer uma análise profunda dos programas existentes e das alocações de despesas e identificar as reformas que tornariam os gastos públicos mais eficazes, eficientes e equitativos. A princípio, a redução dos gastos não é a única estratégia para restaurar o equilíbrio fiscal, mas é uma condição necessária. A outra será, a modernização, o aprimoramento e aparelhamento dos instrumentos institucionais de promoção ao desenvolvimento, tornando o estado um ambiente fértil para o investimento no setor produtivo, agroindústria, comércio e serviços.

No entanto, essas medidas adicionais não substituem o combate às causas fundamentais do aumento dos gastos públicos e a revisão das excessivas responsabilidades/obrigações associadas ao Estado de Roraima. Caso não consiga fazer isso, Roraima inevitavelmente passará por outras crises fiscais e terá de implementar outros ajustes dolorosos no futuro.

Considerando a profundidade dos problemas fiscais roraimense e a enormidade dos déficits atuais e previstos para o futuro, todas as unidades orçamentárias de todos os poderes deveriam contribuir para o ajuste. Isso poderia ser realizado, por meio de um estudo da real necessidade de recursos essenciais ao funcionamento efetivo dessas instituições.

Os dados econômicos de Roraima afirmam que 49% do PIB vem do setor público, o nível dos salários dos servidores públicos federais é, em média, 67% superior aos do setor privado, mesmo após levar em consideração o nível de educação e outras características dos trabalhadores como idade e experiência. Os servidores públicos são comparativamente ricos no Brasil. Uma análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2015) revela que 54% dos servidores públicos (em todos os níveis administrativos) encontram-se no quintil superior da distribuição de renda nacional, e 77% estão entre os 40% mais ricos. Este prêmio salarial do setor público é atípico em relação a padrões internacionais. A remuneração dos servidores estaduais também é muito alta e, na média, é mais de 30% superior àquela oferecida a trabalhadores equivalentes no setor privado. Em termos relativos, o espectro salarial aparenta ser particularmente amplo nos poderes Judiciário e Legislativo, bem como nas ocupações de menor qualificação do Executivo. Percebe-se claramente, que os altos salários do setor público contribuem para a desigualdade. Uma vez que a maioria dos servidores públicos está próxima ao topo da distribuição de renda, seus altos salários e prêmios salariais em relação a funções comparáveis no setor privado aumentam a desigualdade de renda. Uma análise das declarações de imposto de renda feita por Afonso (2016) demonstra que, das 10 atividades com salários mais elevados, 6 estão no setor público. A grande lacuna salarial, especialmente nos salários iniciais, aliada à estabilidade funcional e aos benefícios mais generosos, atrai profissionais qualificados. Embora a magnitude desse efeito não seja bem compreendida, ele pode criar distorções que afetam negativamente o mercado de trabalho e a capacidade das empresas de contratar mão de obra qualificada.

As despesas com pessoal aumentaram nos últimos anos e comprometem boa parte das receitas estaduais, o elevado custo da máquina pública não vem acompanhada de qualidade dos serviços prestados aos cidadãos, sendo imprescindível uma reflexão sobre o modelo atual. O que percebemos em Roraima é um “*FLA X FLU*” entre governos e servidores. De um lado os servidores cobrando promessas não cumpridas por governantes, exigindo os direitos legais conquistados e melhores condições de trabalho, e de outro, o governo alegando a insuficiência de recursos pois tem outras despesas prioritárias. Os servidores percebendo os gastos desnecessários do governo, com um processo endêmico de negociatas, protecionismo, clientelismo, favoritismo, e corrupção implantado nas entranhas do governo, tem razão na exigência do cumprimento de seus direitos. E o que verdadeiramente se percebe é a ausência de propostas que contemplem os verdadeiros interessados na melhoria dos serviços públicos, o povo.

Acreditamos no servidor público, pois somente ele pode ser o agente transformador da triste realidade enfrentada de quem depende dos serviços públicos. Melhorar a qualidade dos serviços acima de tudo é uma questão de igualdade de oportunidade daqueles que mais precisam, pois ela está relacionada a provisão de educação, saúde, segurança pública e da rede de proteção social dos preteridos de nossa sociedade. O aprimoramento dos serviços públicos prestados somente ocorrerá a partir de uma transformação no modelo de gestão de pessoas, com a revisão das práticas atuais e adoção de conceitos modernos, aumentando a eficiência, para garantir um estado mais justo, mais igualitário e que cresça fomentando o desenvolvimento econômico e a proteção social à população.

É possível implementar ações estruturais em gestão de pessoas traduzindo-se em maior eficiência da máquina pública, com a promoção de uma transformação cultural no ambiente de trabalho, valorizando o bom servidor, investimentos em tecnologia, capacitação e condições de trabalho, resultará no aumento da produtividade; implementação de práticas modernas de gestão de pessoas requer esforço, mas é fundamental para obter resultados sustentáveis; aumento da motivação dos servidores com a revisão dos processos internos de meritocracia; atualização dos estatutos dos servidores, além da garantia dos direitos adquiridos, são ações que servem de inspiração para reforçar que é possível transformar a máquina pública estadual.

Devido a distribuição significativa dos recursos do Estado de Roraima, necessariamente, passarem pelas mão dos servidores, cabe aqui um olhar especial para potencializar os investimentos dos funcionários públicos em atividades empresariais proporcionando o incremento na geração de empregos.

O Governo de Roraima compra caro e compra mal. A melhora dos métodos de aquisições públicas de bens e serviços geraria economias em todos os níveis de governo. Licitações públicas são um passo crítico na provisão de serviços públicos para a população, seja na saúde, educação, segurança, rede de amparo social, infraestrutura, etc. O governo pode ter uma boa economia se melhorar as licitações públicas, via a introdução de estratégias customizadas baseado no desenvolvimento de estratégias melhores de compra para obter economias de escalar, maior competitividade, diversificação de ofertantes, minimizar o efeito da sazonalidade dos preços, credibilidade com fornecedores, combate ao direcionamento de processos, entre outras estratégias que podem ser implementadas durante a fase de compras. Implantar um controle agressivo que exigiria também gerenciamento da demanda, para reduzir desperdício, para repor materiais e serviços, e para padronizar produtos de baixa complexidade. Estas propostas não necessitam de modificações nas leis de licitação e contratos ou da elaboração de novas leis, pois são baseadas unicamente em planejamento e estratégias de licitações, seguindo políticas já existentes.

As despesas com políticas de apoio às empresas cresceram rapidamente, porém, não há evidências de que os programas existentes tenham sido eficazes e eficientes em seu objetivo de impulsionar a produtividade, competitividade e a geração sustentável de empregos. O Estado está abrindo mão dessas receitas sem avaliar se programas tais como, LEI 803/11 - DO CALCÁRIO, LEI 215, INCENTIVOS DO POLO INDUSTRIAL, ALC'S, ZPE, PPORTARIA 300, FUNDER, se estão tendo consequências positivas para o aumento da atividade econômica em Roraima. Muitas das despesas não fazem parte do orçamento, pois derivam de isenções tributárias, deduções e do fornecimento de crédito subsidiado. Seria crucial fazer avaliações robustas desses programas para informar o debate público e a reformulação das políticas. Análises preliminares indicam que talvez seja possível economizar (ou realocar), ampliar, eliminar (ou reformular), os programas menos eficientes.

Os programas de proteção social e emprego também precisam de reformas para que seja introduzido incentivos mais bem alinhados mantendo o foco nos grupos populacionais mais vulneráveis. O sistema de proteção social engloba uma gama de programas oferecidos para ajudar as famílias a lidar com riscos ao longo do ciclo de vida. Entretanto, nossa análise é de que resultados melhores poderiam ser atingidos com menos gastos e melhores resultados: muitos programas possuem funções semelhantes nas esferas estadual e municipal e são implementados isoladamente dentro dos governos, sem contemplarem a intersetorialidade das ações, e não garantem a oferta dos programas, ações e serviços integrados as diversas políticas públicas nenhuma contrapartida efetiva no nível educacional, de saúde ou qualificação do grupo familiar, ficando muito claro que esses programas tem objetivo meramente eleitoreiro.

Uma melhor coordenação das políticas e uma maior integração das funções de gestão e prestação de serviços dessa rede de proteção, poderiam reduzir as sobreposições, economizar recursos e realinhar os incentivos para aumentar a produtividade da força de trabalho, proporcionando os beneficiários dos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, credito do povo e outros programas similares, a migrarem para empregos formais. Embora isso não gere economias fiscais no curto prazo, os efeitos positivos esperados sobre a oferta de mão de obra e a produtividade dos trabalhadores formais gerariam benefícios sociais e econômicos de longo prazo.

A implementação de programa nos moldes do Abono Salarial poderia ser transformado em um verdadeiro subsídio salarial pago ao empregador como um incentivo à contratação de (i) indivíduos desempregados há muito tempo, ou (ii) pessoas em busca de um primeiro emprego no mercado de trabalho formal (em sua maioria, jovens), atuando de forma de prevenir a violência contra os jovens pelo ingresso no crime organizado. Além disso as multas, TAC'S, e penalidades judiciais poderiam ser quitadas por empregadores ao contratarem pessoas com estas

características. Esse ajuste, iniciaria uma reversão na tendência crescente do número de famílias vulneráveis, excepcionalmente com os efeitos da migração de venezuelanos. Com isso, parte dos recursos que seriam gastos com o aumento da oferta novas bolsas, poderiam ser reinvestida para outros programas do mercado de trabalho ativo que atualmente são insuficientemente financiados, como programas de treinamento e intermediação de mercado de trabalho que são mais efetivos para melhorar o pareamento (entre trabalhadores e empregos) e, assim, a produtividade. No geral, nenhuma economia fiscal significativa é esperada dessa medida. No entanto, os recursos seriam gastos de maneira mais eficaz e seriam dirigidos aos trabalhadores mais vulneráveis. Além disso, com medidas como esta, aumentaria a capacidade do estado de fornecer serviços de intermediação com o mercado de trabalho e apoio à busca de emprego, o que resultaria em ganhos de produtividade gerados pelo uso da mão de obra ociosa.

Em 2014 as despesas públicas com educação chegaram a 6% do PIB. Já em 2010, os gastos com educação no Brasil eram superiores à média dos países da OCDE (5,5%), do BRICS (5,1%) e da América Latina (4,6%). O crescimento dos gastos ocorreu em todas as áreas, mas a educação infantil e o ensino médio observaram os índices de crescimento mais altos. O gasto por aluno cresceu ainda mais rapidamente (10,1% ao ano em termos reais), pois o número de estudantes nas escolas públicas de ensino fundamental e médio diminuiu na década de 2000 devido a mudanças demográficas e à migração para instituições privadas. Em relação ao PIB per capita, o gasto por aluno no ensino fundamental quase dobrou, passando de 11,9% do PIB per capita em 2002 para 21,8% em 2014. Com ensino fundamental e médio, as despesas apresentam ineficiências significativas, e o mesmo nível de serviços poderia ser prestado gastando menos. Uma análise da eficiência intermunicipal demonstrou que o desempenho atual dos serviços de educação poderia ser mantido com 37% menos recursos no Ensino Fundamental e 47% menos recursos no Ensino Médio. As baixas razões aluno/professor representam a principal causa de ineficiência (39% da ineficiência total). O aumento do número de alunos por professor em 33% no Ensino Fundamental e 41% no Ensino Médio teria uma economizaria substancial ao ano. É bem verdade que em se tratando das escolas de Roraima, temos as especificidades das escolas indígenas e escolas rurais, o que, em princípio, dificultariam atingir a razão eficiente aluno/professor, ademais não há indicadores que comprovam a melhoria da eficiência nas escolas urbanas. Outros ganhos na melhoria do ensino poderiam ser obtidas por meio da redução do absenteísmo dos professores e do aumento do tempo empregado para atividades de ensino. Embora a redução das ineficiências gere economias agregadas, a análise também demonstra que, para alguns municípios e estados, grandes ganhos de qualidade poderiam ser atingidos com pequenos aumentos de gastos, ao passo que, em muitos outros, mais gastos simplesmente levariam a mais desperdício.

A vinculação constitucional dos gastos em educação a 25 por cento das receitas, pode ser uma das principais causas da ineficiência dos gastos, pois estados e municípios mais ricos, com uma alta taxa de receita corrente líquida por aluno, tendem a ser bem menos eficientes que os mais pobres. Logo, é provável que para cumprir as regras constitucionais, governos com altas per captas sejam obrigados a gastar em itens que não necessariamente ampliem o aprendizado. Isso é ainda mais preocupante dada a drástica transição demográfica pela qual o país está passando. Com a rápida queda da taxa de fertilidade para menos de 1.8, o número de alunos vem caindo rapidamente em muitos estados e municípios, principalmente no Ensino Fundamental. Dado que essa queda do número de alunos não está necessariamente associada a uma queda das receitas correntes líquidas, isso implica que para cumprir a lei, muitos governos são obrigados a gastar mais e mais por aluno, mesmo que esse gasto adicional não seja necessário. Se este gasto adicional por aluno não resulta em maior aprendizado, isso explicaria a maior ineficiência de estados/municípios mais ricos. Em se tratando de Roraima, a forte migração venezuelana desloca Roraima do contexto nacional com relação ao decréscimo do número de alunos, mas ao se referir a ineficiência percebe-se claramente pelas receitas do FUNDEB que a per capita do ensino fundamental (RURAL SI-R\$5.378,23; SF-R\$5.612,06 / URBANA SI- R\$ 4.676,72; SF-R\$ 5.1244,39), e médio (urbano – R\$ 5.930,10 / rural – R\$ 6.167,31) que são as maiores do país, mas estamos bem distantes da qualidade de ensino necessário para aprendizado desejado.

As despesas com ensino superior são, ao mesmo tempo, ineficientes e regressivas. Uma reforma do sistema poderia economizar 0,5% do PIB do orçamento federal. Pegando como parâmetro os gastos do Governo Federal, aproximadamente 0,7% do PIB são com as universidades federais. A análise de eficiência indica que aproximadamente um quarto desse dinheiro é desperdiçada. Isso também se reflete no fato que os níveis de gastos por aluno nas universidades públicas são de duas a cinco vezes maior que o gasto por aluno em universidade privadas. A adoção de critérios mais transparentes com objetivos mais cristalizados levando em conta a necessidade de investimento com base no número de estudantes é necessário, pois teríamos parâmetros mais sólidos e seguro da necessidade de investimentos. Além disso, embora os estudantes de universidades públicas não paguem por sua educação, mais de 65% deles pertencem aos 40% mais ricos da população. Portanto, as despesas com universidades federais equivalem a um subsídio regressivo à parcela mais rica da população brasileira. Uma vez que diplomas universitários geram altos retornos pessoais (em termos de salários mais altos), a maioria dos países cobra pelo ensino fornecido em universidades públicas e oferece empréstimos públicos que podem ser pagos com os salários futuros dos estudantes. O Brasil já fornece esse tipo de financiamento para que estudantes possam frequentar universidades particulares no âmbito do programa FIES. Não existe um motivo claro que impeça a adoção do mesmo modelo para as

universidades públicas, para aqueles estudantes que fazem parte dos 40% mais ricos. A extensão do FIES à universidade estadual poderia ser combinada ao fornecimento de bolsas de estudo gratuitas a estudantes dos 40% mais pobres da população (atualmente, 20% de todos os estudantes das universidades federais e 16% de todos os estudantes universitários no país), destinando 20% às comunidades tradicionais, por meio da expansão do programa PROUNI. Essas conjuntamente com outras, melhorariam a equidade e democratizariam de forma mais justa o acesso a formação superior.

No sector da saúde, cerca de 0,3% do PIB Nacional, poderia ser economizado e melhor aplicado através de melhorias de eficiência a nível local, mantendo o mesmo nível de serviços de saúde. Ao comparar os níveis de eficiência entre os municípios, é possível identificar ganhos de até 37% no atendimento primário e 71% nos serviços secundários e terciários. Em geral, isso poderia gerar melhorias significativas nos serviços de saúde. A ineficiência resulta principalmente da fragmentação do sistema público de saúde, especialmente do alto número de pequenas unidades, o que impede economias de escala na prestação de serviços. A carência de integração dos sistemas e insuficiência de incentivos oferecidos a prestadores e pacientes para a escolha do tratamento mais eficaz em relação ao custo, também é um agravante. Muito poderia ser ganho, por exemplo, por meio da identificação e tratamento de doenças não transmissíveis antes que se tornem casos hospitalares. Melhorar a eficiência nos serviços de saúde será importantíssimo para garantir que o setor possa absorver os aumentos previstos dos custos associados a alterações demográficas.

Os desafios identificados nesta proposta exigirão alterações das atuais regras e rigidezes orçamentárias. Algumas reformas, regras e arranjos institucionais já estão sendo alterados a nível nacional, mas ainda há desconhecimento de grande parte dos gestores. Como exemplo, são os consórcios municipais regionais, bem como a parceria de instituições privadas com excelência em gestão de sistemas de saúde, que com ações integradas melhoram a eficiência, eficácia nos gastos, e dão agilidade nas aquisições de materiais, equipamento e insumos necessário ao atendimento nas unidades. Na verdade, a SESAU não atua como a principal gestora do sistema estadual de saúde, planejando, apoiando, orientando e pactuando com os demais municípios e outros atores, as diretrizes necessárias à melhoria dos serviços de saúde. A menos que tais mudanças se concretizem, Roraima não conseguirá superar a crise instalada à anos no sistema público de saúde aumentando os riscos de um colapso total do sistema. Algumas das medidas propostas podem ser atingidas sem mudanças na legislação, ao passo que outras exigiriam reformas mais complexas e abrangentes. Todas elas são viáveis no médio prazo, mas algumas podem exigir estudos técnicos adicionais para definir detalhes e sequenciar sua implementação.

Por fim, além do atual ajuste fiscal, a melhoria da qualidade das despesas públicas exige a institucionalização de um sistema regular e rigoroso de monitoramento e avaliação das políticas públicas. O monitoramento deve manter seu foco nos resultados e vincular tais resultados aos insumos orçamentários. A avaliação pode fornecer dados para subsidiar a escolha das soluções mais eficazes para que as políticas públicas atinjam seus objetivos e, assim, orientar as decisões sobre quais programas devem ser suspensos, mantidos ou expandidos. A avaliação da eficiência de gastos não pode ser um exercício único, mas deve se tornar um processo institucionalizado que oriente a formulação de políticas públicas. Muitos países adotaram um arcabouço institucional que permite a triagem ex ante de novas propostas de programas, bem como o monitoramento e avaliação regulares dos programas existentes. Além do arcabouço institucional, o monitoramento e avaliação regulares da eficiência dos gastos exigirão uma maior disponibilidade de dados administrativos. Atualmente, as restrições de acesso a informações, especialmente em relação aos gastos tributários (SEPLAN e SEFAZ) e à incidência de programas sociais (SETRABES), limitam a disponibilidade dos dados rigorosos necessários para tomar decisões bem embasadas. Permitir que pesquisadores de fora do governo tenham acesso a tais dados, poderia aumentar a credibilidade e a busca de eficiência.

14 COMPROMISSOS

1. SAÚDE COM QUALIDADE E HUMANIZAÇÃO

- REDIMENSIONAR OS SERVIÇOS DE SAÚDE EM TRÊS REGIÕES, NORTE, CENTRAL E SUL;
- ESTIMULAR E IMPLANTAR O CONSÓRCIO ENTRE ESTADO E MUNICÍPIOS NAS TRÊS REGIÕES;
- RACIONALIZAR E REDIMENSIONAR DA REDE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ESPECIALMENTE A REDE HOSPITALAR, PARA ATINGIR UM MELHOR EQUILÍBRIO ENTRE ACESSO E ESCALA (EFICIÊNCIA), EXCEPCIONALMENTE NOS MUNICÍPIOS.
- PACTUAR COM OS MUNICÍPIOS O TAMANHO IDEAL DAS UNIDADES HOSPITALARES, BEM COMO A ESCALA DOS SERVIÇOS QUE SERÃO OFERECIDOS, DE FORMA A EQUILBRAR A DEMANDA EXISTENTE EM CADA REGIÃO;
- MELHORAR A INTEGRAÇÃO DOS VÁRIOS NÍVEIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E A COORDENAÇÃO ENTRE OS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE, ESTADO, MUNICÍPIOS E GOVERNO FEDERAL (DSEI'S), EM CADA REGIÃO;
- INTRODUIZIR INCENTIVOS PARA IMPULSIONAR A PRODUTIVIDADE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE E ALINHAR OS MECANISMOS DE PAGAMENTO DOS PROVEDORES AOS CUSTOS EFETIVOS;
- MELHORAR A COORDENAÇÃO DOS ATENDIMENTOS DE SAÚDE POR MEIO DA INTEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS DIAGNÓSTICOS, ESPECIALIZADOS E HOSPITALARES, BEM COMO OS SISTEMAS DE ENCAMINHAMENTO E CONTRA ENCAMINHAMENTO;
- ESTIMULAR AS PARCERIAS DOS CONSÓRCIOS MUNICIPAIS COM INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS QUE TENHAM EXCELÊNCIA EM GESTÃO DE SAÚDE DE FORMA A MAXIMIZAR A QUALIDADE DO ATENDIMENTO, A EFICIÊNCIA E EFICÁCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS E NOS SERVIÇOS DE SAÚDE;
- MELHORAR A PRODUTIVIDADE, MAS PRINCIPALMENTE O DESEMPENHO DOS GASTOS COM A SAÚDE PRIMÁRIA;

- INVESTIR NOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DA ÁREA ADMINISTRATIVA, EM CAPACITAÇÃO DE GESTÃO EM SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE;
- INCENTIVAR O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE. ISSO EXIGIRIA IMPLEMENTAR POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO VINCULADAS A QUALIDADE E AO DESEMPENHO, COMO PAGAMENTO POR DESEMPENHO;
- PACTUAR COM A CLASSE MÉDICA OS PROCEDIMENTOS, NO ATENDIMENTO PRIMÁRIO, QUE PODERÃO SER FEITOS POR PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DE FORMA A LIBERAR OS MÉDICOS PARA TRATAMENTOS MAIS COMPLEXOS;
- PROMOVER A PADRONIZAÇÃO DA PRÁTICA MÉDICA ATRAVÉS DA ADOÇÃO DE PROTOCOLOS CLÍNICOS COMO FORMA DE REDUZIR VARIAÇÃO NOS DIAGNÓSTICOS E TRATAMENTO (PARA FACILITAR O CONTROLE DE CUSTOS E O AUMENTO DA EFICÁCIA DOS TRATAMENTOS);
- REFORÇAR E EXPANDIR A COBERTURA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA, COMO PORTA DE ENTRADA AO SISTEMA. ISSO REDUZIRIA O NÚMERO DE HOSPITALIZAÇÕES (EM APROXIMADAMENTE 30%) E REDUZIRIA GASTOS;

2. SEGURANÇA PÚBLICA EFICAZ, INTEGRADA E COM INTELIGÊNCIA

- INTEGRAÇÃO ENTRE A PM, PC E POLÍCIA TÉCNICA (PERÍCIA);
- DIÁLOGO ESTRATÉGICO COM O EXÉRCITO/ POLÍCIA FEDERAL/ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES PELA NOSSA CONDIÇÃO DE FRONTEIRA. MESMO DIÁLOGO ESTRATÉGICO COM OS VIZINHOS GUIANA E VENEZUELA EM GABINETES DE GESTÃO DE SEGURANÇA INTEGRADA VIVOS E ATUANTES;
- POLICIAMENTO COMUNITÁRIO;
- POLICIAMENTO ESPECIALIZADO;
- INTELIGÊNCIA POLICIAL INTERLIGADA NO ÂMBITO DA SSP;
- INTELIGÊNCIA POLICIAL INTERLIGADA AO SISTEMA PRISIONAL;

- FORTALECIMENTO DO REGIME DE GOVERNANÇA NO COMBATE À TODAS AS FORMAS DE CORRUPÇÃO, EXCEPCIONALMENTE O CRIME ORGANIZADO, COM A IMPLEMENTAÇÃO DE MELHORIAS NA GESTÃO DO SISTEMA PRISIONAL QUE ATINJAM A REDUÇÃO DO DOMÍNIO DE FACÇÕES CRIMINOSAS NOS PRESÍDIOS, BEM COMO AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DO CONTROLE DE TERRITÓRIOS E DO PODER POLÍTICO E ECONÔMICO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS;
- MODERNIZAR OS MEIOS DE CONTROLE DE ACESSO AOS PRESÍDIOS COM MONITORAMENTO DO USO DE TELEFONES DENTRO DE PRESÍDIOS E APLICAR A OBRIGATORIEDADE DE SCANNERS E EQUIPAMENTOS DE RAIOS-X EM TODAS AS UNIDADES;
- FORÇA TAREFA COM FOCOS ESPECÍFICOS;
- INCENTIVAR ENCONTRO COM OS ESTADOS DO NORTE, A FIM DAS POLÍCIAS INTERAGIREM E PRODUZAM SINERGIA;
- CAPACITAÇÃO PERMANENTE NÃO SÓ NA FORMAÇÃO DE POLICIAIS E GESTORES DE SEGURANÇA PÚBLICA DE CURSOS DE NATUREZA GERENCIAL, TÉCNICA E OPERACIONAL, MAS TAMBÉM, A FIM DE OPERAR TECNOLOGIAS DE PONTA NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA (BINÔMIO: CAPACITAÇÃO E TECNOLOGIA);
- APOIAR O ESTABELECIMENTO DE UM PISO SALARIAL NACIONAL, PARA AS POLÍCIAS ESTADUAIS, TOMANDO COMO PARÂMETRO A POLÍCIA DE BRASÍLIA;
- PROJETO PILOTO DE MONITORAMENTO DE CÂMERAS PÚBLICAS NA CAPITAL, BEM COMO EM LOCAIS ESTRATÉGICOS NO INTERIOR, COM INVESTIMENTO EM NOVAS TECNOLOGIAS, E FIRMAR PARCERIAS A FIM DE POSSIBILITAR A SSP ACESSAR A CÂMERAS PRIVADAS CONVENIADAS;
- FORTALECER DIÁLOGO, PARCERIA E COOPERAÇÃO COM TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DEFENSORIA PÚBLICA, MINISTÉRIO PÚBLICO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, ORDEM DOS ADVOGADOS/RR, UNIVERSIDADES E FACULDADES, ONGS, INSTITUTOS DE PESQUISA CAPAZES DE DAR SUPORTE A UMA NOVA DINÂMICA NA SEGURANÇA PÚBLICA DE RORAIMA;
- AMPLIAR E MODERNIZAR A REDE DE PROTEÇÃO DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER COM A IMPLANTAÇÃO DE PATRULHAS MARIA DA PENHA COM ENCAMINHAMENTO, ACOLHIMENTO E ASSISTÊNCIA DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA (POLÍCIA + SERVIÇO SOCIAL + PSICOLOGIA + JUSTIÇA) E PROGRAMA RORAIMENSE DE EDUCAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO DE HOMENS AGRESSORES;
- COMBATER COM INTELIGÊNCIA, REPRESSÃO E PREVENÇÃO O TRÁFICO DE PESSOAS; AS VIOLÊNCIAS E ABUSOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES; AS PRÁTICAS DELITUOSAS CONTRA IDOSOS DESDE AGRESSÕES FÍSICAS A ASSÉDIOS MORAIS E FINANCEIROS; AS VIOLÊNCIAS CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA, INDÍGENA, ESTRANGEIRA E LGBT DE RORAIMA.

3. EDUCAÇÃO COM TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

- QUEBRA DE PARADIGMA, “GASTAR MAIS OU QUALIFICAR OS INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO”;
- BÔNUS PARA PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DAS ESCOLAS DE ACORDO COM A MELHORIA DO DESEMPENHO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO BÁSICO;
- A DISTRIBUIÇÃO DE RECEITA TRIBUTÁRIA ESTADUAL (o ICMS) BASEADA NO ÍNDICE DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO DE CADA MUNICÍPIO;
- TRANSFERÊNCIA DE PERCENTUAL DO FUNDEB DE ACORDO COM O NÚMERO DE ALUNOS;
- IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CIDADÃ NAS ESCOLAS ESTADUAIS;
- TORNAR MAIS EFICIENTE AS REDES ESCOLARES MUNICIPAIS E ESTADUAL PARA MELHORAR O DESEMPENHO EM TERMOS DE NÍVEIS DE APROVAÇÃO E RENDIMENTO ESTUDANTIL;
- TRANSPARÊNCIA COM OS GASTOS DO FUNDEB E DOS RECURSOS DESTINADOS A EDUCAÇÃO;
- ADOTAR EXPERIÊNCIAS POSITIVAS E INOVADORAS DE MELHORARIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO, OBJETIVANDO NÃO SÓ O DESEMPENHO DOS ALUNOS, MAS TAMBÉM, MAXIMIZAR A EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO;
- INOVAÇÕES NA GESTÃO ESCOLAR PARA A MELHORIA NOS RESULTADOS DE APRENDIZAGEM POR MEIO DE INCENTIVOS AO DESEMPENHO;
- CURSO ONLINE OBRIGATÓRIO DE DUAS HORAS E UMA AVALIAÇÃO FINAL SÃO REQUISITOS PARA TODOS OS PROFESSORES DURANTE SEU ESTÁGIO PROBATÓRIO;
- AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES LOGO APÓS A SUA CONTRATAÇÃO, E SOMENTE OS MELHORES SÃO MANTIDOS;
- INVESTIMENTOS PARA MELHORAR A QUALIDADE DOS PROFESSORES;
- DIMINUIR OS ALTOS ÍNDICES DE REPROVAÇÃO;

- IMPLANTAR MODELOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA, ENVOLVENDO A COMUNIDADE ESCOLAR, COM ELEIÇÕES DIRETAS E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO IMPLANTAÇÃO DO CONCEITO “ESCOLA ABERTA”;
- FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA COM A CRIAÇÃO DA SECRETARIA ADJUNTA NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E O RECONHECIMENTO DO CURRÍCULO DIFERENCIADO;
- PROMOVER CONCURSO PÚBLICO, QUALIFICAÇÃO CONTINUADA, ESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA E O CUIDADO COM A SAÚDE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO;
- GARANTIR A AUTONOMIA ADMINISTRATIVA, PEDAGÓGICA E FINANCEIRA DA UERR COM A SUA MISSÃO INSTITUCIONAL DE ATENDER AS DEMANDAS LOCAIS E REGIONAIS, PROPICIANDO A INDISSOCIABILIDADE DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO E SOCIALMENTE REFERENCIADA COM A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA;
- IMPLANTAR UMA **ESCOLA** DENTRO DO SISTEMA PRISIONAL COM PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO QUALIFICADOS E DOTADO DE TODA A INFRAESTRUTURA NA OFERTA DO ENSINO AOS REEDUCANDOS;
- PROMOVER FÓRUMS ESTADUAIS PARA AVALIAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DESDE A SUA APROVAÇÃO EM 2015;
- **CRIAÇÃO DO PROGRAMA POUPANÇA JOVEM:** O PROGRAMA ESTIMULA JOVENS QUE ESTEJAM CURSANDO O ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL, QUE VIVEM EM LOCAIS DE MAIOR RISCO SOCIAL, ONDE AO LONGO DOS TRES ANOS DO ENSINO MÉDIO;
- INTENSIFICAR A PARCERIA ENTRE AS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE ESTADUAL E AS IES DENTRO DO ESTADO, BUSCANDO INCENTIVAR O ACESSO DOS ALUNOS AO ENSINO SUPERIOR OU TÉCNICO, MELHORANDO A OFERTA DE MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA DENTRO DE RORAIMA;
- GARANTIA DE PROFISSIONAIS NAS ÁREAS DE PSICOLOGIA, SERVIÇO SOCIAL E PSICOPEDAGOGIA, CONFORME DETERMINA O ART. 13 DA LEI N. 1008/2015 QUE APROVA O PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE RORAIMA;
- REALIZAR CURSOS ESPECIALIZADOS PARA PROFESSORES QUE TRABALHAM DIRETAMENTE COM A EDUCAÇÃO ESPECIAL, PREPARANDO-OS PARA UMA MELHOR FORMAÇÃO NO PROCESSO DE INCLUSÃO;
- PROMOVER A RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS ESTADUAIS, CONTEMPLANDO TAMBÉM OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA;

- OFERECER, COM QUALIDADE, REDE DE INTERNET NAS ESCOLAS COM O PROPÓSITO DE AMPLIAR A INCLUSÃO DIGITAL DISPONIBILIZANDO EM TODAS AS ESCOLAS UM NÚMERO MAIOR DE COMPUTADORES;
- IMPLEMENTAR A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL, COM OFERTA DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES E OFICINAS À COMUNIDADE (FINANÇAS PESSOAIS, NUTRIÇÃO, INFORMÁTICA, ARTESANATO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL);
- CRIAR BIBLIOTECAS INFORMATIZADAS, COM BIBLIOGRAFIAS ATUALIZADAS, COM O PROPÓSITO DE DESPERTAR NAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS E ADULTOS, O HÁBITO PELA LEITURA COM SALAS TEMÁTICAS E MULTIFUNCIONAIS COM INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS PARA QUE OS PROFESSORES TENHAM FERRAMENTAS ADEQUADAS PARA MINISTRAREM SUAS AULAS COMO MAIS QUALIDADE;
- APRIMORAR A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA OFERTADA PELA UNIVIR;
- CRIAR UMA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA;
- REGIONALIZAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR, PRIORIZANDO A COMPRA DE PRODUTOS PRODUZIDOS NA AGRICULTURA FAMILIAR;
- POLÍTICA INTEGRADA DE TRANSPORTE ESCOLAR ESTIMULANDO A CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS MUNICIPAIS DE TRANSPORTE ESCOLAR;
- INVESTIR NO ENSINO MÉDIO INTEGRAL, COM REORDENAMENTO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO, PROGRAMA DE ESTÁGIO E DESTINAÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDOS AOS ALUNOS QUE ALCANÇAREM OS MELHORES ÍNDICES DE RENDIMENTO ESCOLAR E NO PROGRAMA DE ESTÁGIO;
- INTEGRAR AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO COM A SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E OUTRAS ÁREAS VOLTADAS A PREVENÇÃO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA, A SAÚDE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO JOVEM, A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE FAMILIAR, DO BULLYING E A REDUÇÃO DOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR;

4. CULTURA E DIVERSIDADE

- INSTITUIÇÃO REAL DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA, PACTUADO COM OS DIVERSOS SEGMENTOS CULTURAIS POR UMA AMPLA POLÍTICA CULTURAL PARA RORAIMA;
- REESTRUTURAÇÃO DA SECULT COM REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA ÁREAS AFINS;
- FORMULAR E IMPLEMENTAR PLANOS SETORIAIS RORAIMENSES DE LINGUAGENS ARTÍSTICAS E EXPRESSÕES CULTURAIS, QUE INCLUAM OBJETIVOS, METAS E SISTEMAS DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E CONTROLE SOCIAL;
- MAPEAMENTO DOS DIVERSOS SEGMENTOS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DE RORAIMA;
- FORTALECIMENTO DO MODELO DE PARTICIPAÇÃO E GESTÃO COLETIVA (CONSELHOS E CONFERÊNCIAS DE CULTURA) NO ÂMBITO ESTATAL E FOMENTO PARA ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS;
- ADOÇÃO DE POLÍTICAS DE EDITAIS MULTISSETORIAIS PARA A CULTURA, COM ESTRATÉGIA DE CAPACITAÇÃO PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS E PRIVADOS FOCADO NO EMPREENDEDORISMO SOCIO-CULTURAL;
- FOMENTAR PONTOS DE CULTURA NA CAPITAL E NOS MUNICÍPIOS, UTILIZANDO ESPAÇOS CULTURAIS JÁ EXISTENTES E QUE NÃO SÃO EXPLORADOS PELO PODER PÚBLICO, INCENTIVANDO À FORMAÇÃO DE PLATEIA EM ESCOLAS, PRAÇAS, RUAS E NAS COMUNIDADES DAS CIDADES DE NOSSO ESTADO.
- VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO MATERIAL E IMATERIAL POR MEIO DE PARCERIAS PÚBLICAS (COM IPHAN DE BRASÍLIA; COM PREFEITURAS E SEUS INVENTÁRIOS E REGISTROS; COM UNIVERSIDADES NA CAPACITAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO) E PRIVADAS (NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS E NA MANUTENÇÃO DE PATRIMÔNIOS).
- CASA DA CULTURA E TEATRO CARLOS GOMES/ SECRETARIA DE SEGURANÇA/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DEMAIS PRÉDIOS HISTÓRICOS EM ABANDONO PASSARÃO POR LEVANTAMENTO E ESTRATÉGIA DE REVITALIZAÇÃO/ RESTAURAÇÃO RESPEITANDO SUAS CARACTERÍSTICAS HISTÓRICAS DE TOMBAMENTO, COM PROPOSTA DE VIVIFICAÇÃO/ ACERVO/ PROGRAMAÇÃO/ CURADORIA ATIVAS.
- ESTABELECIMENTO DE PARCERIAS PARA IMPLANTAÇÃO DE ROTEIRO HISTÓRICO ESTADUAL VALORIZANDO O PATRIMÔNIO ORIGINAL DE RORAIMA E SUA HISTÓRIA PARA REESTABELECE O “ROTEIRO HISTÓRICO CULTURAL” DO ESTADO;

5. SEGURIDADE SOCIAL, TRABALHO DECENTE, IGUALDADE E CIDADANIA

- REFORMULAÇÃO E INTEGRAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL DOS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL;
- MELHORAR O DESEMPENHO DO PROGRAMAS SOCIAIS COM CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE INTERNAMENTE COERENTES E REGRAS DE RECEBIMENTO DE BENEFÍCIOS COMPATÍVEIS COM OS INCENTIVOS DEFINIDOS DE FORMA A ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL;
- AUMENTAR A CAPACIDADE DO ESTADO DE FORNECER SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO E APOIO À BUSCA DE EMPREGO;
- INSTITUIR UM PROGRAMA DE SUBSÍDIO SALARIAL PAGO AO EMPREGADOR COMO UM INCENTIVO À CONTRATAÇÃO DE, (I) MÃE SOLTEIRA, (II) PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, (III) INDIVÍDUOS DESEMPREGADOS HÁ MUITO TEMPO, E (IV) JOVENS NA BUSCA DE UM PRIMEIRO EMPREGO;
- INSTITUIR MECANISMOS LEGAIS PARA QUE AS MULTAS, TAC'S, E PENALIDADES JUDICIAIS PODERIAM SER QUITADAS POR EMPREGADORES AO CONTRATAREM PESSOAS COM ESTAS CARACTERÍSTICAS DAS PRIORIDADES DEFINIDAS;
- ASSEGURAR A INTERSETORIALIDADE DAS AÇÕES, REFORMULANDO E INTEGRANDO OS PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL, À EDUCAÇÃO, A SAÚDE, A PREVIDÊNCIA SOCIAL, A QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO, HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA;
- PROMOVER A DESCENTRALIZAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E INICIAR O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, COMO O COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO;
- GARANTIR A CONTINUIDADE DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA ÀS FAMÍLIAS QUE ESTÃO NA FAIXA DA POBREZA OU EXTREMA-POBREZA, AGREGANDO-O ESTAS AÇÕES AOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL, À CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO, À SAÚDE, À HABITAÇÃO, VOLTADAS AO FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA;
- PROGRAMAR E IMPLEMENTAR POLÍTICAS PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO DE TODAS AS MULHERES E MENINAS E COMBATER O FEMINICÍDIO;

- CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA REDE DE SERVIÇOS, INTERIORIZAÇÃO DAS AÇÕES, E O FORTALECIMENTO NOS DIVERSOS MUNICÍPIOS ACERCA DOS MECANISMOS DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES;
- REDUZIR OS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, ESPECIALMENTE AS MENINAS, COM A ESTRUTURAÇÃO DE SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E ORIENTAÇÃO ÀS FAMÍLIAS E TODA A SOCIEDADE;
- ORGANIZAR E IMPULSIONAR A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL A POPULAÇÃO INDÍGENA COM POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA INCLUSÃO SOCIAL, ECONÔMICA, CULTURAL E POLÍTICA NOS DIVERSOS SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL;
- QUALIFICAÇÃO E ESTÍMULO AO EMPREENDEDORISMO, PRIORITARIAMENTE DOS JOVENS, MULHERES, REEDUCANDOS(AS), PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS;
- CRIAR O PROJETO DE APRENDIZ NO CAMPO VOLTADO AOS ADOLESCENTES E JOVENS PROPORCIONANDO A FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR;
- REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL FORTEMENTE CONCENTRADO EM FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA;
- CONSOLIDAR E AMPLIAR A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL, ENVOLVENDO ESTADO E MUNICÍPIOS, QUE SEJA FORMADA POR INSTITUIÇÕES QUE ATUAM COM CRIANÇAS, ADOLESCENTES, IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, POPULAÇÃO LGBT E POPULAÇÃO DE RUA;
- CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO, COM ESTÍMULO À MERITOCRACIA, CAPACITANDO E QUALIFICANDO OS PROFISSIONAIS PARA ATUAREM, OFERECENDO UM SERVIÇO DE QUALIDADE;
- ELABORAR ESTUDOS SOBRE A POPULAÇÃO MIGRANTE, ESPECIALMENTE E POPULAÇÃO VENEZUELANA, ANALISANDO O IMPACTO SOCIAL NOS SERVIÇOS PÚBLICOS;

6. POVOS INDÍGENAS E POLULAÇÕES TRADICIONAIS

- O COMPONENTE DESTE COMPROMISSO DO GOVERNO IRÁ SEGUIR AS ORIENTAÇÕES COM FOCO NO PROTAGONISMO, A CONQUISTA DE AUTONOMIA E A NECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA INDÍGENA NA GOVERNANÇA DESSE COMPROMISSO DO GOVERNO 14.
- PROMOVER AÇÕES DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS NASCENTES, CURSOS DE ÁGUA E MANANCIAS ESSENCIAIS AOS POVOS INDÍGENAS;
- PROMOVER O ETNOZONEAMENTO DAS TERRAS INDÍGENAS COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL, COM PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS E FUNAI;
- PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES INDÍGENAS NA GOVERNANÇA, NOS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO GOVERNO 14;
- PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NOS FÓRUMS DE DISCUSSÃO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS;
- REALIZAR CONSULTA AOS POVOS INDÍGENAS NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ATIVIDADES E EMPREENDIMENTOS QUE AFETEM DIRETAMENTE POVOS E TERRAS INDÍGENAS, NOS TERMOS DE ATO CONJUNTO DOS MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DO MEIO AMBIENTE;
- FORTALECER E PROMOVER AS INICIATIVAS PRODUTIVAS INDÍGENAS, COM O APOIO À UTILIZAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DE NOVAS TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS;
- PROMOVER E APOIAR A CONSERVAÇÃO E O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS USADOS NA CULTURA INDÍGENA, INCLUSIVE NO ARTESANATO PARA FINS COMERCIAIS;
- APOIAR INICIATIVAS INDÍGENAS SUSTENTÁVEIS DE ETNOTURISMO E DE ECOTURISMO, RESPEITADA A DECISÃO DA COMUNIDADE E A DIVERSIDADE DOS POVOS INDÍGENAS, PROMOVENDO-SE, QUANDO COUBER, ESTUDOS PRÉVIOS, DIAGNÓSTICOS DE IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E A CAPACITAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS PARA A GESTÃO DESSAS ATIVIDADES;

- PROMOVER A REGULAMENTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS PROVENIENTES DOS POVOS E COMUNIDADES INDÍGENAS, COM IDENTIFICAÇÃO DA PROCEDÊNCIA ÉTNICA E TERRITORIAL E DA CONDIÇÃO DE PRODUTO ORGÂNICO, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL;
- PROMOVER ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE QUALIDADE, CONTINUADA E ADEQUADA ÀS ESPECIFICIDADES DOS POVOS INDÍGENAS E DAS DIFERENTES REGIÕES E BIOMAS.
- MELHOR ESTRUTURAR A SECRETARIA ESTADUAL DO INDIO, COM ORÇAMENTO COMPATIVEL COM SEU FUNCIONAMENTO E FINALIDADE.
- QUALIFICAR, CAPACITAR E PROVER A FORMAÇÃO CONTINUADA DAS COMUNIDADES E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS PARA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS;
- PROMOVER AÇÕES VOLTADAS AO RECONHECIMENTO PROFISSIONAL, À CAPACITAÇÃO E À FORMAÇÃO DE INDÍGENAS PARA A GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO, NO ENSINO SUPERIOR E NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E CONTINUADA;
- ESTRUTURAR OS CENTROS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO CONFORME DELIBERAÇÃO CONJUNTA COM OS DIRETORES REGIONAIS E DEMAIS LIDERANÇAS
- AVALIAR E PLANEJAR A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024, COM PONTOS ESPECÍFICOS A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA;
- REVITALIZAR E REESTRUTURAR OS CENTROS INDÍGENAS DE FORMAÇÃO NAS ÁREAS CULTURAIS, AGROPECUÁRIAS E AMBIENTAIS JA EXISTENTES NAS TERRAS INDÍGENAS;
- CRIAÇÃO DA SECRETARIA ADJUNTA DE EDUCAÇÃO INDÍGENA;
- MUDANÇA DA SECRETARIA ESTADUAL DO ÍNDIO PARA SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS INDÍGENAS;
- AGRICULTURA ORGÂNICA, COM A CRIAÇÃO DE SELO PARA PRODUTOS INDÍGENA;
- POLÍTICA DE ACESSO AOS MERCADOS E O APOIO À IMPLANTAÇÃO DE COOPERATIVAS DE PRODUTORES INDÍGENAS NAS REGIÕES;
- INCENTIVAR O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DO REBANHO BOVINO INDÍGENA PARA QUE ULTRAPASSE AS 100.000 (CEM MIL) CABEÇAS DE GADO;
- BUSCA DE PARCERIAS PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA RENOVÁVEL NAS COMUNIDADES INDÍGENAS;
- CRIAR E IMPLEMENTAR A POLÍTICA ESPECÍFICAS PARA ATENDIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS;

- ORGANIZAR E APOIAR AS CADEIAS EXTRATIVISTA DOS POVOS INDÍGENAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS;
- CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA ESPECIFICO PARA OS INDÍGENAS QUE VIVEM NOS NÚCLEOS URBANOS;

7. PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA

- CRIAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE PRODUÇÃO AGROPÉCUÁRIA E PACTUAR NOS ÂMBITOS MUNICIPAL ESTADUAL E FEDERAL;
- CRIAR O PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR, COM ÊNFASE NA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIO;
- INTEGRAR E MODERNIZAR AS AÇÕES DAS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS E FEDERAIS CRIANDO UM AMBIENTE FAVORÁVEL AOS INVESTIMENTOS NO SETOR PRODUTIVO;
- APROXIMAR DO PRODUTOR RURAL AS INSTITUIÇÕES ESTADUAIS DESCENTRALIZANDO E REGIONALIZANDO AS AÇÕES NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR;
- IMPLEMENTAR, INTEGRAR E DEMOCRATIZAR O BANCO DE DADOS DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS A PRODUÇÃO;
- ESTRUTURAR ESPAÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO QUE ELIMINE A FIGURA DO ATRAVESSADOR;
- IMPLANTAR O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL;
- DIVULGAR A VIABILIDADE DA LOGÍSTICA DE ESCOAMENTO DISPONÍVEL NOS PORTOS DA VENEZUELA, PARA O SETOR AGROPECUÁRIO EMPRESARIAL;
- FOMENTAR A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO ATRAVÉS DO APROVEITAMENTO DOS INCENTIVOS DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO;
- GARANTIR OS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA, NECESSÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO;
- APRIMORAR AS LEIS DE INCENTIVOS AO SETOR AGROPECUÁRIO;
- PACTUAR A INTEGRAÇÃO DOS PROGRAMAS DE COMPRA DIRETA DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR;
- ESTIMULAR O COOPERATIVISMO PARA DAR COMPETITIVIDADE AOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR;

- CRIAR O PROGRAMA DE GESTÃO DE NEGÓCIO RURAL, PRIORIZANDO O AGRICULTOR FAMILIAR;
- CRIAR O PROGRAMA ESTADUAL DE ORDENAMENTO PESQUEIRO (COMERCIAL, ESPORTIVA E ORNAMENTAL), IDENTIFICANDO OS POLOS PRODUTIVOS E FAZENDO ACORDOS DE PESCA;
- VALORIZAÇÃO DA ATIVIDADE PESQUEIRA COM A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E O ACESSO AO CRÉDITO PARA CONSERVAÇÃO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DO PESCADO;
- ESTUDO DE VIABILIDADE PARA ABERTURA DE NOVOS MERCADOS PARA A PSICULTURA DE RORAIMA.

8. APOIO AO SETOR PRIVADO - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

- DINAMIZAR O PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DOS LOTES DO DISTRITO INDÚSTRIAL;
- PACTUAR OS MECANISMOS PARA IMPLANTAÇÃO DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO, COMO MECANISMO FUNDAMENTAL PARA O INCREMENTO E A DIVERSIFICAÇÃO DA INDUSTRIALIZAÇÃO DE RORAIMA;
- CRIAR UMA POLÍTICA ESTADUAL DE TURISMO (RORAIMA TURISMO), INVENTARIANDO OS ATRATIVOS TURÍSTICOS E A INFRA ESTRUTURA NECESSÁRIA, EM PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA E DEMAIS SETORES INTERESSADOS;
- CRIAR E IMPLEMENTAR PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO CONTINUADA EM TURISMO;
- INCENTIVAR O TURISMO RURAL EM COLÔNIAS E COMUNIDADES INDÍGENAS;
- IMPLANTAR O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SETOR MADEIREIRO COM FOCO NA INSERÇÕES DE TECNOLOGIAS, E MARKETING PARA O AUMENTO DO VALOR AGREGADO DOS PRODUTOS DE BASE FLORESTAL;
- CRIAR FLORESTAS ESTADUAIS PARA FAZER CONCESSÕES FLORESTAIS;
- INCENTIVAR A BÚSCA DE NOVOS MERCADOS PARA A INDÚSTRIA MADEIREIRA;
- CRIAR E IMPLEMENTAR UM PLANO ESTADUAL DE GERAÇÃO DE CRÉDITO DE REPOSIÇÃO FLORESTAL;
- INFORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO AOS MICRO EMPREENDEDORES DAS POLÍTICAS E BENEFÍCIOS FICAIS PARA IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE OUTROS PAÍSES, DANDO COMPETITIVIDADE COM OS PRODUTOS DA ALC'S DE LETHEM E SANTA HELENA.

9. MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- CONSTRUÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE ENERGIA RENOVÁVEL (solar, eólica, hidráulica, biomassa e armazenamento);
- FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA AMBIENTAL;
- MAPA GEOREFERENCIADO DAS SOLICITAÇÕES DE DIREITO AO USO DOS RECURSOS NATURAIS;
- PACTUAR COM O GOVERNO FEDERAL E INSTITUIÇÕES SETORIAIS O PLANO DE MANEJO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS PROPORCIONANDO A DESTINAÇÃO SOCIAL DESSAS UNIDADES;
- CRIAR E REGULAMENTAR AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS;
- PACTUAR COM OS GOVERNOS E INSTITUIÇÕES SETORIAIS O USO SUSTENTÁVEL DAS RIQUEZAS NATURAIS DE RORAIMA;
- CRIAR A POLÍTICA ESTADUAL DE EXPLORAÇÃO MINERAL;
- PACTUAR TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DAS 3 ESFERAS DE GOVERNO PARA ESTABELECEMOS COMPETÊNCIAS NA GESTÃO AMBIENTAL;
- CRIAÇÃO DO PROGRAMA “O SOL NASCE PARA TODOS”, DE PROMOÇÃO DA ENERGIA SOLAR RESIDENCIAL, NOS MOLDES DA RN 687/ANEEL, USANDO OS BENEFÍCIOS DA LEI ESTADUAL DE INCENTIVO A ENERGIAS RENOVÁVEIS (LEI 1109/16), PARA AUMENTAR A GERAÇÃO E REDUZIR A CONTA DE ENERGIA DAS FAMÍLIAS MAIS POBRES;
- CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA AVALIAR ALTERNATIVAS À CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DO BEM QUERER, COM PARTICIPAÇÃO DO MERCADO DE ENERGIA, UNIVERSIDADES E SOCIEDADE LOCAL;
- CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO BAIXO RIO BRANCO, AUMENTANDO A OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ENERGIA PARA OS MORADORES DA REGIÃO, APOIANDO O COMÉRCIO JUSTO DA PRODUÇÃO LOCAL, E EVITANDO O SAQUE DE NOSSAS RIQUEZAS PARA O ESTADO DO AMAZONAS;
- FORTALECER A CADEIA DE VALOR DOS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE, FACILITANDO A COLOCAÇÃO NO MERCADO DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR, COMUNIDADES INDÍGENAS, DO CAMPO E EXTRATIVISTAS;

- POIAR A PRODUÇÃO DAS COMUNIDADES DO BAIXO RIO BRANCO E PROTEGER NOSSO ESTOQUE PESQUEIRO DA PILHAGEM DE PESCADORES DO AMAZONAS; (C) PROTEGER O RIO BRANCO DA POLUIÇÃO, DESMATAMENTO E PESCA PREDATÓRIA;

10. CIDADES E TERRITÓRIO –

- IMPLEMENTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS TERRITORIAL DE USO DO SOLO RURAL E URBANO (ZEE – Zoneamento ecológico econômico de Roraima);
- PLATAFORMA INTEGRADA DE ACESSO AS INFORMAÇÕES TERRITORIAIS DE RORAIMA;
- CRIAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E DE CONECTIVIDADE;
- BUSCAR PARCERIAS PARA ESTUDOS CIENTÍFICOS JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NA ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE CIDADES SUSTENTÁVEIS;
- ESTUDOS PARA PLANEJAMENTO E CRIAÇÃO DE CINQUENTA NOVOS BAIRROS NA CAPITAL E INTERIOR ATÉ 2030;
- REDUÇÃO DO DÉFICT HABITACIONAL NO ESTADO

11. JUVENTUDE E CIDADANIA

- INCENTIVAR O EMPREENDEDORISMO JOVEM DENTRO DO ESTADO, ESPECIALMENTE OS DE CUNHO TECNOLÓGICO, DENTRO DAS ESCOLAS. DESENVOLVENDO PARCERIAS COM ENTIDADES QUE JÁ ATUAM NESSE SETOR (SEBRAE, JUNIOR ACHIEVEMENT, BURITI VALLEY, AJE, CDL JOVEM E ETC);
- FOMENTAR A INCLUSÃO TECNOLÓGICA, ESPECIALMENTE NOS ANOS INICIAIS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, ESTABELECEndo CONVÊNIO COM EMPRESAS QUE TRABALHAM EM PARCERIA GRATUITA NESSE SENTIDO, GOOGLE, FACEBOOK E OUTRAS EMPRESAS;
- UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS OCIOSOS DA ESTRUTURA ESTADUAL PARA CRIAR UM ESPAÇO DE COWORKING, LAZER E CULTURA (MOLDES DA IMPACTHUB - [HTTPS://IMPACTHUB.NET/](https://impacthub.net/) , SEED MG OU GOOGLE CAMPUS), QUE PODEM SER GERIDOS POR PARCEIROS VOLUNTÁRIOS JÁ CITADOS NA PRIMEIRA PROPOSTA;
- UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES, FORA DO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, PARA FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE JOVENS;

- INTENSIFICAR A PARTICIPAÇÃO DO CONJUR (CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE DO ESTADO DE RORAIMA) EM ESPAÇOS DE INTERESSE DA JUVENTUDE;
- CRIAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE EMPREENDEDORISMO E STARTUP PARA A JUVENTUDE, NOS MOLDES DO PLANO DA SECRETARIA NACIONAL.

12. SUSTENTABILIDADE FISCAL DAS CONTAS PÚBLICAS

- MODERNIZAÇÃO DO SETOR DE TECNOLOGIA DA SECRETARIA DE FAZENDA;
- IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS DE CONTROLE SIMULTÂNEO DE INGRESSO DE RECEITAS E DESTINAÇÃO DE RECURSOS VINCULADO EM TEMPO REAL PARA SEUS BENEFICIÁRIOS;
- REVISÃO (AUDITORIA) DE TODOS OS CONTRATOS PÚBLICOS COM A FINALIDADE DE EVITAR DESPÉRDÍCIOS DE COMPRAS E SERVIÇOS DESNECESSÁRIOS;
- IMPLANTAÇÃO DE UM SETOR DE COMPRAS PÚBLICAS NA SECRETARIA DE FAZENDA COM UTILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS COMO PARÂMETROS DE PREÇOS MÉDIOS PARA SEREM DESTINADOS AO SETOR DE LICITAÇÃO;
- IDENTIFICAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE DO ESTADO (CURTO PRAZO), E APÓS, MONTAR CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO POR MEIO DE LEILÃO REVERSO;
- REESCALAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FUNDADA JUNTO A UNIÃO E ORGANISMO INTERNACIONAIS PARA QUE O ESTADO, UTILIZE ESSES RECURSOS NO PERÍODO DE CARÊNCIA E OU DIMINUIÇÃO DE PARCELAS, DE FORMA EFICIENTE;
- PACTUAR COM OS PODERES OS VALORES DOS DUODÉCIMOS TENDO POR BASE A SITUAÇÃO FISCAL DO ESTADO SEM QUE ISSO AFETE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TODOS OS PODERES CONSTITUÍDOS;
- CONTINGENCIAR O ORÇAMENTO PÚBLICO E LIBERÁ-LOS DE ACORDO COM O INGRESSO DE RECEITAS PARA AS ATIVIDADES ESSENCIAIS AO FUNCIONAMENTO DO ESTADO;
- EXTINGUIR, FUSIONAR, INCORPORA E CINDIR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS COM A FINALIDADE DE TORNAR OS GASTOS MAIS EFICIENTES.

13. TRANSPARÊNCIA, CONTROLE DE GASTOS

- MODERNIZAÇÃO DO SITE DE TRANSPARENCIA DA GESTÃO DO GOVERNO DO ESTADO;
- MODELO DE GESTÃO CLARA E SIMPLES DOS RECURSOS E DECISÕES TOMADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
- DEFINIÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E UNIFICAÇÃO DA POLÍTICA DE DADOS ABERTOS E COMPRAS PÚBLICAS DO GOVERNO;
- MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DOS SISTEMAS DE CONTRATAÇÃO E CONTROLE DE GESTÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS;
- DISPONIBILIZAÇÃO PELA SEFAZ DOS DADOS ECONÔMICOS E TRIBUTÁRIOS NA PÁGINA DA WEB;
- CRIAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA DE TRANSPARÊNCIA DE GOVERNO, PARA POR EM PRÁTICA O FORMATO, IMPLEMENTAÇÃO E O MONITORAMENTO DOS PLANOS E AÇÕES;

14. VALORIZAÇÃO DE CAPITAL HUMANO, MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA E DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- IMPLEMENTAR AÇÕES ESTRUTURAIS EM GESTÃO DE PESSOAS TRADUZINDO-SE EM MAIOR EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA;
- PROMOÇÃO DE MECANISMOS DE TRANSFORMAÇÃO CULTURAL NO AMBIENTE DE TRABALHO, VALORIZANDO O BOM SERVIDOR;
- MODERNIZAR E REVISAR OS INSTRUMENTOS DE MERITOCRACIA, COM A VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PELA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA SERVIÇOS PRESTADOS À INSTITUIÇÃO E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS OFERECIDOS AO CIDADÃO. HOJE RESTRITO AOS SETORES DE APLICAÇÃO DE MULTAS E AUTUAÇÕES (FISCAIS DOS ORGÃOS AMBIENTAIS, FAZENDÁRIOS E DE TRÂNSITO NAS INSTÂNCIAS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS);
- INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA, CAPACITAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO, COM CONDIÇÕES PARA O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE;
- IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS MODERNAS DE GESTÃO DE PESSOAS PARA OBTER RESULTADOS SUSTENTÁVEIS;

- ATUALIZAÇÃO DOS ESTATUTOS DOS SERVIDORES, COM A GARANTIA DOS DIREITOS ADQUIRIDOS;
- CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA PLATAFORMA DIGITAL INTERATIVA, VISANDO A CONSTRUÇÃO DE REDES COM GRUPOS DE INTERESSES COMUNS;
- ESTIMULAR A TRANSPARÊNCIA PARA O DIÁLOGO ABERTO COM OS MUNICÍPIOS VISANDO O ENFRENTAMENTO DOS PRINCIPAIS DESAFIOS REGIONAIS PARA O FORTALECIMENTO DE GESTÃO INTEGRADA;
- DEFINIR E DIMENSIONAR O ESTADO EM TRÊS DISTRITOS, DE ACORDO COM AS CARACTERÍSTICAS REGIONAIS E SÓCIO-ECONÔMICAS;
- CRIAR A POLÍTICA DE ÉTICA E INTEGRIDADE NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS;